

Diálogo

BALANÇO DA ATUAÇÃO DA AGE DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

O Advogado Geral do Estado de Minas Gerais (AGE-MG), Sérgio Pessoa de Paula Castro, é o entrevistado da edição de reinauguração do Res Pública, em que fala sobre a identidade de sua gestão desde janeiro de 2019 e a atuação do órgão durante a pandemia, além dos projetos para o futuro da instituição e de seus 424 advogados públicos ativos na defesa do estado.

■ Leia nas Páginas 3 e 4



Foto: Willian Fernandes/AGE-MG Divulgação



Foto: Adriana Porto

PALAVRA DA DIRETORIA

A Presidente da APEMINAS, Célia Cunha Mello, fala sobre seus principais focos de atuação à frente da Associação e sobre os benefícios e os desafios do teletrabalho que surgem com a pandemia do novo coronavírus.

■ Página 2

PANDEMIA IMPÕE NOVA FORMA DE TRABALHO

O Teletrabalho veio para ficar? Nessa edição, o Res Pública conversa com representantes de diversos órgãos jurídicos e procuradores para saber se essa nova realidade do trabalho irá permanecer após a pandemia. Nossa equipe também entrevistou especialistas em tecnologia que dão dicas sobre ferramentas e segurança para o trabalho online.

■ Págs. 6 a 11

ANAPE TEM NOVA DIRETORIA

Com a limitação imposta pela pandemia, a nova diretoria da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do DF (ANAPE) tomou posse em cerimônia virtual no dia 4 de junho, com o Procurador Vicente Martins Prata Braga (CE), à frente da associação, ocupando o cargo exercido anteriormente por Telmo Lemos Filho (RS). Minas Gerais continua representada no topo da entidade, com o Procurador Ivan Ludovice Cunha, na 1ª Vice-Presidência desta gestão, dando continuidade ao trabalho bem executado anteriormente pelo colega Carlos Rohrmann. A atual composição da ANAPE tem ainda Cristiane Santana Guimarães (BA) na 2ª Vice-Presidência para o triênio 2020/2023.

APEMINAS EXPRESSA SUA SOLIDARIEDADE ÀS FAMÍLIAS VÍTIMAS DO COVID-19

A APEMINAS presta solidariedade às mais de 100 mil vítimas da Covid-19 no Brasil, segundo dados do Ministério da Saúde, dentre os quais os mais de 5 mil mineiros que tiveram suas vidas interrompidas, de acordo com informações da Secretaria de Estado de Saúde (SES-MG). A associação manifesta seu apoio a cada pessoa atingida, direta ou indiretamente, por esta pandemia.

2020 está sendo um ano extremamente peculiar

A pandemia do COVID 19 nos impôs distanciamento social, teletrabalho, mudanças radicais de rotina e hábitos. Reuniões 'on-line', lives, webinários, plataformas digitais, novos problemas, e nos foi dado o ônus imediato de encontrar novas soluções.

A internet assumiu um protagonismo nunca experimentado em nossas vidas. Um novo cotidiano emergiu com uso obrigatório de máscaras e EPIs. Os hábitos de higiene pessoal e a limpeza dos ambientes foram potencializados. Conciliar processos e pareceres com aulas em plataformas virtuais, filhos, esposas, maridos, presos em casa, num ambiente que nem de longe estava preparado para comportar demandas profissionais urgentes e imediatas.

Teletrabalho significa trabalhar em casa? Nada disso, em pouco tempo verificamos que havíamos transformado nossos lares em escritórios, salas de reuniões ou de audiências. A verdade é que estamos dormindo no trabalho. A vida ficou mais encorpada. Entendedores, entenderão.

Em meio a esse contexto, assumimos a gestão da nossa APEMINAS e tivemos que identificar as demandas e prioridades afetas aos Procuradores do Estado de Minas Gerais. Antes que pudéssemos vislumbrar os meios e modos para se implantar os projetos idealizados, verificamos que era necessário dar continuidade ao trabalho que a gestão anterior vinha desenvolvendo (destacando-se a liderança competente do Ivan e do Rohrmann). Acompanhar de perto a Proposta da Reforma da Previdência dos Servidores Públicos Estaduais, de iniciativa do Governo, que já estava em trâmite perante a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, se mostrava imperioso.

A APEMINAS já integrava o FOMCATE – FÓRUM MINEIRO DE CARREIRAS TÍPICAS DE ESTADO, que reúne além da nossa carreira, os Defensores Públicos, o Ministério Público, a Magistratura, os Auditores e os Fiscais, e conta com a assessoria jurídica do Dr. Nazário Nicolau. Herança positiva que nos ajudou a adotar estratégias políticas, incorporar no nosso dia a dia expressões como PEC, PLC, emendas substitutivas, supressivas, modificativas, cálculo atuarial, migração, déficit previdenciário, fundos previdenciários, regras de transição, aposentadoria por idade, contribuição patronal, pedágio, blocos e lideranças, oposição, reuniões, seminários, comissões, e, principalmente, absorver a complexidade do processo legislativo em todas as suas vertentes. A união dessas carreiras, a partir de interesses comuns, potencializou, com certeza, o impacto político da nossa atuação.

“Aposentadoria não é fim de carreira, mas parte dela. Precisamos da força, competência e influência, inclusive política, dos aposentados, aliás de todos nossos associados.”

A questão previdenciária estava em pauta e sua relevância para nossa vida funcional dispensa maiores considerações. Agora é tentar conseguir, dentro da reforma previdenciária necessária e inevitável, aquela que traga o menor impacto para a vida dos procuradores do estado. Repetimos, desde então, como um mantra: “_ O servidor não é o causador do déficit apresentado pelo sistema previdenciário estadual”.



Foto:Adriana Porto

“Somos uma carreira qualitativa, que numericamente não possui impacto representativo, mas é indiscutível nossa força qualitativa política, acadêmica, enfim, profissional.”

Célia Cunha Mello
Presidente da APEMINAS

Mudamos a comunicação da APEMINAS, objetivando introduzir novas ferramentas para otimizar uma prestação de serviço que cumpra o efeito de promover e valorizar nossa imagem institucional. Nesta porfia, vamos entregar semanalmente o nosso 'APENews', por meio do qual serão divulgados comunicados e notícias internas, além de constituir um espaço para que o associado publique artigos de sua autoria e/ou indique artigos ou matérias que sejam interessantes para a carreira. Teremos, ainda, uma 'clipagem', que consiste na seleção de matérias publicadas em veículos de circulação nacional e estadual, garimpadas a partir de palavras chaves previamente selecionadas. Ou seja, estaremos informados a respeito dos principais acontecimentos relevantes para nossa carreira em âmbito federal e estadual.

Informamos que foi restabelecido o Res Pública, que agora volta sob a forma digital, mantendo a tiragem trimestral. Vamos usar esse e outros instrumentos para valorizar a nossa classe, o que significa divulgar resultados conquistados. Em meio a essa pandemia, na expressão do Dr. Sérgio Pessoa de Paula Castro – Advogado Geral do Estado de Minas Gerais “viabilizamos um aumento de arrecadação que já ultrapassou os 4 bilhões de reais”, conforme será por ele destacado na entrevista desta edição. Ostentamos, com orgulho, esse resultado por reconhecer que se trata de um valor significativo, capaz de fazer diferença na implantação e manutenção de políticas públicas estaduais essenciais, inclusive e principalmente, na área da saúde, e tudo isso sem computar a atuação consultiva, que por sua natureza preventiva, não admite o cômputo financeiro direto.

Estamos trabalhando para aprimorar a área financeira da APEMINAS, para o efeito de dar mais transparência aos associados. Para isso, já iniciamos uma mudança no site, para facilitar acesso e garantir a segurança dos dados divulgados.

Contratos e convênios estão sendo avaliados do ponto de vista da conveniência e oportunidade para o associado, considerando as mudanças e necessidades atuais da classe.

Eventos serão, por enquanto e infelizmente, virtuais. Mas, os eventos presenciais, intencionamos fazê-los, preferencial e prioritariamente, no interior, dentro da proposta de promover a interiorização de encontros acadêmicos, profissionais e festivos.

Por fim, queremos dedicar especial atenção aos inativos. Aposentadoria não é fim de carreira, mas parte dela. Precisamos da força, competência e influência, inclusive política, dos aposentados, aliás de todos nossos associados. Somos uma carreira qualitativa, que numericamente não possui impacto representativo, mas é indiscutível nossa força qualitativa política, acadêmica, enfim, profissional. Por isso, está dada a largada na campanha Filiação 100%. O lugar da APEMINAS é qualquer lugar onde tiver um Procurador do Estado de Minas Gerais.

Um balanço da AGE no contexto da pandemia

A pandemia exigiu ações rápidas e eficazes e a AGE fez a sua parte. Recuperou cerca de R\$ 4 bilhões, utilizados em políticas públicas, da compra de respiradores à estruturação de hospitais de referência no interior. “A orientação do governo à AGE foi proporcionar a recuperação mais célere de recursos e assessorar juridicamente para melhor aplicá-los”, diz Sérgio Pessoa de Paula Castro, advogado-geral do Estado.

Ele lembra, nesta entrevista, que o coronavírus trouxe os males das perdas de vidas, os desafios à ciência, e também a otimização do serviço e do tempo. Buscar o equilíbrio entre trabalho remoto e presencial. Sérgio Pessoa vê a necessidade de mais evolução tecnológica para a atuação dos procuradores e do resgate da capacidade do diálogo pela sociedade. “Construir uma lógica pela via da consensualidade sempre que possível, dentro do movimento mundial de caminhar para essa cultura, em contraponto à litigiosidade. O ordenamento jurídico compõe a necessidade de a sociedade reconhecer suas fragilidades e ter limites.” Leia a entrevista.

Res Pública: Como tem sido a atuação da AGE durante essa pandemia e quanto foi recuperado para os cofres públicos, no auxílio do combate à Covid-19?

Sérgio Pessoa: A grosso modo, estamos falando de números arredondados de R\$ 4 bilhões. A orientação do governo à AGE foi proporcionar a recuperação mais célere de recursos e assessorar juridicamente para melhor aplicá-los. Minas enfrentou as tragédias de Mariana e Brumadinho, para as quais o estado buscou interlocução, no ambiente processual, para recuperar recursos dessas garantias e utilizá-los em políticas públicas como a aquisição de respiradores para as estruturas convencionais de saúde pública, hospitais da FHEMIG e, ao mesmo tempo, estruturar hospitais de referência no interior. Também foram direcionados recursos para fornecimento de merenda, complementando recursos federais, e aquisição de EPIs para os profissionais da saúde e da segurança.



Para o nosso núcleo (PDE), que já trabalhava com urgência e dependia dessa interlocução o tempo inteiro, está funcionando bem. Estamos conectados o tempo inteiro. Mas há demandas para as quais a AGE-MG precisa manter uma estrutura física muito boa, para reuniões presenciais que são essenciais, que continuam ocorrendo durante a pandemia.



Cássio Roberto dos Santos Andrade
Procurador-chefe da Procuradoria de Demandas Estratégicas (PDE)



Sérgio Pessoa de Paula Castro,
advogado-geral do Estado

Foto: Willian Fernandes/AGE-MG Divulgação

Além disso, recuperamos o crédito de um precatório originado por uma empresa devedora, que coincidiu com este período difícil, o que foi muito positivo por ser um volume considerável e desvinculado, logo pôde ser empregado no combate à pandemia. No ambiente consultivo foi criado um manual de orientação, com a edição de pareceres referenciais. Hoje, temos procuradores em todas as secretarias de Estado, o que facilita a interação e a construção de soluções conforme o ordenamento jurídico.

RP: O que mudou na atuação da AGE e dos procuradores a partir do distanciamento social?

S.P: A pandemia trouxe os males das perdas de vida e dos desafios à ciência no Brasil e no mundo, e trouxe oportunidades que devem ser bem incorporadas para gerar bons frutos, como a otimização do serviço e do tempo. A AGE pôde garantir condições para a maioria trabalhar de maneira remota. Isso representou não apenas continuidade, como incremento de serviços e entregas efetivas. O desafio é encontrar um equilíbrio entre trabalho remoto e presencial. Algumas atuações presenciais continuam indispensáveis, como atendimento ao público.

RP: De que maneira a AGE vem adotando inovações no ambiente tecnológico e qual é o destino da plataforma Tribunus?

S.P: Criamos o Núcleo de Uniformização de Precedentes e Teses Jurídicas (NUT), permitindo que os procuradores estejam informados

CONTINUA >>>



“ Os significativos resultados obtidos pela Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais, durante esse período de pandemia, revelam a competência técnica de seus integrantes e o preparo para enfrentamento de adversidades. Momentos de crises exigem respostas rápidas e eficazes, itens da pauta de atuação dos Procuradores e de toda equipe administrativa, que estão sendo devidamente cumpridos. ”

Armando Mercadante
Procurador do Estado / ARE Juiz de Fora

sobre a consolidação dos precedentes. No contencioso isso possibilita a padronização de petições, sem limitar a criatividade do procurador, e consolida os precedentes no ambiente administrativo na área do consultivo, a partir de ferramentas como súmula administrativa, parecer normativo e parecer referencial. A tecnologia permite maior divulgação do que já é consolidado e, em um futuro próximo, a inteligência artificial facilitará a atuação do procurador e do servidor administrativo, para uma atuação cada vez mais consistente e sistematizada no âmbito da desjudicialização. O Tribunus evoluiu mas ainda é insuficiente pelas demandas da instituição, das secretarias estaduais e da sociedade. Um diálogo das PGEs com a AGU realizou um convênio, já em execução, que disponibilizará uma ferramenta nacional, o SUPP (Sistema Único de Procuradorias Públicas). O SUPP é mais evoluído tecnologicamente que o Tribunus e o sucederá, com uma linguagem mais acessível e que permite utilização em plataformas móveis, além de um melhor custo financeiro, por ser um sistema aberto em que o Estado poderá implementar melhorias.

RP: Como o parecer do ponto eletrônico interfere no funcionamento e no rendimento da advocacia pública?

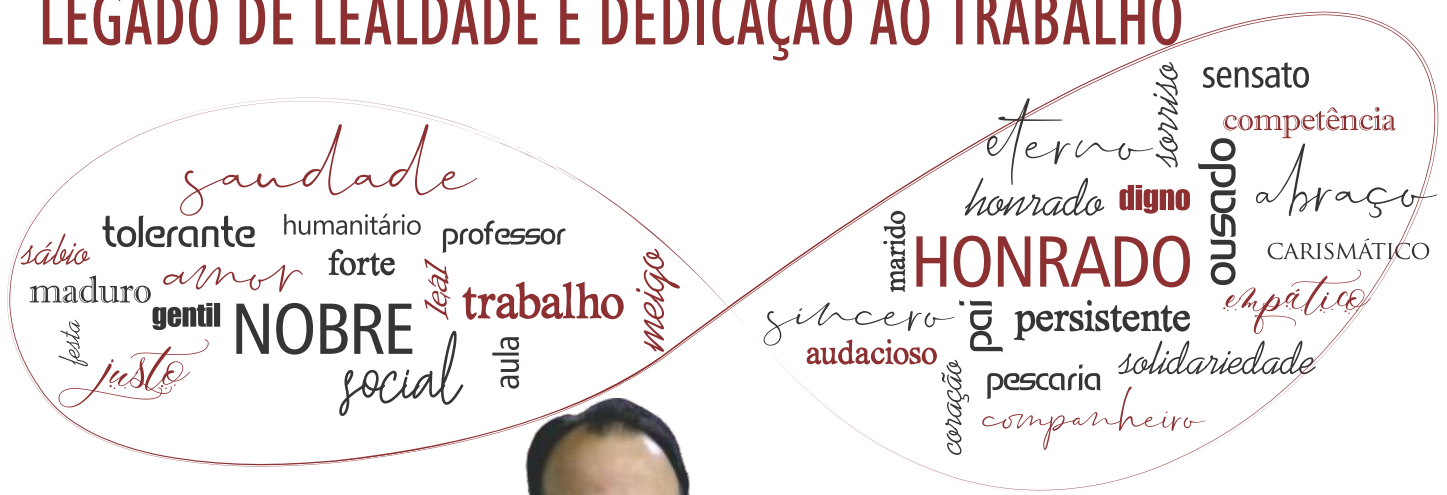
S.P: A realidade da advocacia pública se aproxima muito da advocacia privada, utiliza a ciência e a habilidade do profissional para construir estratégias jurídicas. Há, por lei, a obrigação do cumprimento de uma jornada, mas a peculiaridade do advogado público exige liberdade para criação intelectual e interlocução com os atores que compõem a administração da Justiça. O controle tem de ser finalístico, a meu juízo, a partir do resultado decorrente dessa atuação, prevalecendo sobre o burocrático. É o caso do Plano de Trabalho, construído pelo procurador-chefe de cada unidade e

submetido ao Conselho Superior facultando-se, inclusive, evitar a atuação correccional nas hipóteses em que o procurador não estiver cumprindo o combinado. Hoje há uma concepção de que a Corregedoria não tem o caráter eminentemente punitivo, mas uma postura propositiva e de correção, sem que isso signifique dizer que não atuará nas eventualidades de uma atuação ilegal. Estamos sempre em busca do custo benefício para otimizar o recurso público, que é limitado. O Plano de Trabalho retira permanentemente o Procurador de sua zona de conforto, para atuar em face de desafios e buscar pela criatividade e técnica a melhor solução jurídica possível, incutindo em seu espírito a responsabilidade da sua atuação constitucional.

RP: Qual é a trajetória de identidade de sua gestão à frente da AGE?

S.P: Construir uma lógica pela via da consensualidade sempre que possível, dentro do movimento mundial de caminhar para essa cultura, em contraponto à litigiosidade. O ordenamento jurídico compõe a necessidade de a sociedade reconhecer suas fragilidades e ter limites. Muitas vezes é necessário que o Estado ou um juiz resolva as controvérsias. Mas antes disso, a advocacia pública quer resgatar a capacidade do diálogo, da empatia e da aproximação para obter alternativas jurídicas consistentes, responsáveis e concertadas, com soluções mais contemporâneas para os embates. E que minore realmente esse custo, que é também o Custo Brasil, da disputa no ambiente da contrariedade. A partir desses paradigmas, os precedentes podem ser governados no ambiente do próprio Executivo, como o que vem se consolidando da Câmara de Prevenção de Conflitos e de Solução Amigável.

LEGADO DE LEALDADE E DEDICAÇÃO AO TRABALHO



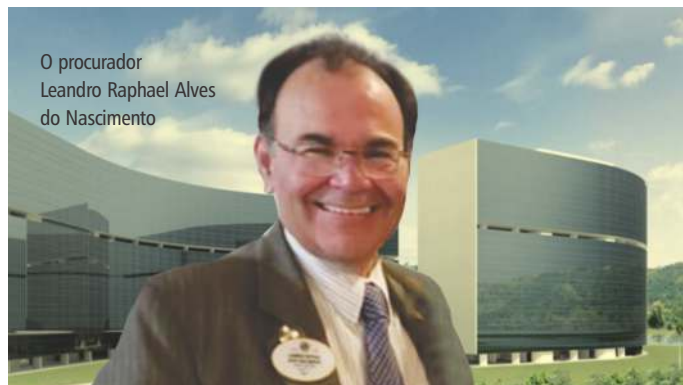
Família e colegas lamentam o falecimento precoce do procurador Leandro Raphael



Generosidade, lealdade e dedicação ao trabalho. Esses são os principais legados que o procurador Leandro Raphael Alves do Nascimento deixa à família, aos amigos e aos colegas de trabalho. Um dos mais respeitados integrantes da Advocacia Geral do Estado, Leandro faleceu em 6 de junho último, aos 57 anos, vítima de infarto em Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde morava. Ele deixa a mulher, a professora Maria Cristina Dias Nascimento, 55 anos, e a única filha, Raphaela Cristina Dias Nascimento, de 20.

“Leandro era extremamente inteligente e brilhante. Uma pessoa intensa que impactou na vida de várias pessoas”, destaca Maria Cristina sobre as competências do marido que, além de exercer o cargo de procurador por 26 anos, dedicou por mais de duas décadas ao magistério em faculdades de Direito de Belo Horizonte, onde lecionou Direito tributário e empresarial.

Antes de atuar como procurador do Estado, cargo que assumiu em 1994, Leandro Raphael foi aprovado no concurso para procurador do município de Belo Horizonte, atuando também neste órgão. Ele se graduou em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em 1985 e concluiu o mestrado em Direito Empresarial na Faculdade Milton Campos. É autor dos livros “Direito Tributário Fundamental”, publicado pela Faculdade de Ciências Gerenciais da UNA, em 1994, e “Direito Marítimo”, pela editora Aduaneiras, em 2003.



Além da dedicação à carreira, Maria Cristina destaca o traço humanitário do procurador, que desde a juventude se engajou em ações no Lions Club Internacional, onde de 2018 a junho de 2019 atuou como governador do Distrito LC4 da organização. “Desenvolvemos projetos sociais voltados para as comunidades carentes de Belo Horizonte e interior, como ampliação de atendimentos médicos e construção de brinquedotecas”, lembra Maria Cristina.

A história de Leandro e Maria Cristina, aliás, começou no Lions, onde se conheceram em 1986 no movimento jovem da organização. “Em dezembro deste ano faríamos 32 anos de casados”, conta a professora.



Leandro e Maria Cristina

Ela comenta que o marido trocava o terno pelo calção de banho para participar de pescarias, um hobby herdado do pai. “Leandro gostava de trabalhar sempre bem vestido, com ternos alinhados. Vaidoso, tinha muita autoestima. Na cidade de Três Marias, passava horas no barco pescando e ainda preparava uma moqueca de tucunaré maravilhosa. Era brincalhão, tinha muito senso de humor, mas quando preciso era franco”, recorda.

Leandro Raphael é lembrado com carinho também pelo procurador Ronaldo Cheib. Os dois se conheceram quando ainda eram estudantes. “O Leandro fez estágio comigo e trabalhamos juntos no escritório do dr. Arthur Orlando Diniz Castro. Nos preparamos juntos para o concurso da Procuradoria Geral do Estado e felizmente ambos fomos aprovados. Ele colecionou amigos por onde passou. Muito inteligente e dedicado sempre foi respeitado pelos colegas. De temperamento forte, era muito franco e leal”, declara Cheib, lembrando que o falecimento precoce e súbito do colega trouxe grande comoção. “Ele sempre será lembrado com o carinho de todos da AGE. Foi um amigo especial que deixa muita saudade”, diz.

Um caminho sem volta

Procuradores consideram teletrabalho como impulso para a evolução digital na Justiça



Desde meados de março, o mundo do trabalho “caiu de paraquedas” dentro de casa. Profissionais da área do direito trocaram a rotina de viagens, tramitação de processos e reuniões nas repartições pelo home office - modalidade adotada para evitar a disseminação do novo coronavírus. Reuniões e audiências passaram a ser 100% on-line e os documentos, digitalizados. O jeito de trabalhar mudou de forma brusca, e na mesma intensidade gera dúvidas /quanto ao futuro. Como será o trabalho quando a pandemia passar? Na visão dos profissionais e autoridades do meio jurídico ouvidos pelo Res Pública, nada será como antes. A experiência deixará o legado de que o teletrabalho veio para ficar.

“É um caminho sem volta. A nova experiência de trabalho remoto traz enormes benefícios para a classe. Não precisamos mais nos deslocar diariamente para as repartições para realizar audiências, reuniões, participar de congressos, cursos etc, ganhando mais tempo para nos dedicar aos processos, à atualização e capacitação profissional e às respectivas famílias”, enumera o procurador Fernando Salzer e Silva, da Regional de Juiz de Fora.

Em razão da crise sanitária que impôs medidas de isolamento social, o Conselho Nacional de Justiça adotou uma plataforma única – a CISCO Webex, para a realização de audiências, sessões de julgamento e outros atos processuais. “De casa, podemos participar de audiências, fazer sustentações orais e, com a utilização de outras ferramentas tecnológicas (WhatsApp, Skype, SEI etc), despachar

com juízes e desembargadores, manter contato com outros órgãos do Estado, tudo isso sem comprometer a qualidade do serviço jurídico, consultivo e contencioso, realizado e prestado pelos procuradores”, assegura.

Para o procurador, o trabalho remoto é célere, racional e eficiente, além de gerar redução de gastos e custos para o erário estadual. Ele lembra que no início da pandemia enfrentou alguns momentos em que o PJe, JPe e/ou o Tribunus ficavam indisponíveis, lentos ou apresentavam erros, devido ao súbito aumento no volume de usuários ativos e de acessos. “Mas com o passar do tempo, de forma ágil e consistente, tais problemas vêm sendo sanados e minorados, por meio de manutenções, aperfeiçoamento e evoluções em tais plataformas”, diz.

Na visão de Fernando Salzer, os tribunais, assim como toda a sociedade, não estavam preparados para o cenário de pandemia. “Tiveram que se adaptar, antecipando, a toque de caixa, em vários anos, projetos e metas previstas para se concretizar em um futuro distante”, observa o procurador. As constatações de Fernando Salzer são confirmadas com a declaração dada à imprensa pelo desembargador Nelson Missias de Moraes, que comandava o TJMG no início da pandemia. “Com o trabalho remoto, o órgão conseguiu se adaptar de forma rápida e aumentar a produção em 10%”, destaca Nelson Missias.

CONTINUA >>>





Foto: Cédia Peterzoli/TJMG

A meta de buscar cada vez mais avanços tecnológicos é prioridade na gestão do atual presidente do TJMG, Gilson Soares Lemes. "O mundo está evoluindo, não podemos ficar para trás", comenta em entrevista para o site do TJMG. O propósito de Lemes é a virtualização e a digitalização de aproximadamente 2 milhões de processos ainda físicos que tramitam na Justiça mineira.

A tramitação de processos digitais foi regulamentada no país em 2006, com a entrada em vigor da Lei 11.419. A partir daí, profissionais da área de direito vêm se adaptando à nova maneira de trabalhar, desenvolvendo um trabalho híbrido, parte presencial e parte digital. A pandemia, que tornou todos os atos virtuais, é vista como impulsionadora da modernização do setor.

Para o diretor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da Controladoria-Geral da União (CGU), Walter Cunha, não há como retornar aos patamares de trabalho nos moldes anteriores a março de 2020. "Se é possível manter o desempenho funcional, ao mesmo tempo em que se eleva a qualidade do servidor e se gera benefícios sustentáveis para toda a sociedade, fico me perguntando qual vai ser a justificativa para não manter a prática (teletrabalho) após a pandemia".

Especialista em Inovação e Tendências e professor convidado da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Arthur Igreja vai além dos tribunais, destacando benefícios do teletrabalho como melhoria no trânsito, no meio ambiente e na qualidade de vida dos trabalhadores. "É muito pouco provável que o mundo volte a ser como era, justamente pelo fato de estarmos descobrindo que dá para trabalhar de outra maneira", diz Igreja.

O procurador Gustavo Enoque é um dos que enxerga o "novo normal" de trabalho - em casa e de frente para um computador - como um



"estágio" para o que virá no futuro. "Encaro essa fase também como um treino, uma espécie de preparação para uma etapa posterior diferente, em que esse tipo de trabalho será implementado não por conta de uma emergência sanitária, mas por fazer parte do nosso futuro, por ser tendência inevitável", considera.

Diretor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da CGU, Walter Cunha, que coordenou a elaboração do Plano de Intensificação do Teletrabalho nos órgãos e entidades públicas, chama a atenção, no entanto, para a necessidade não só de implantação, mas de comprometimento da alta administração com o incremento do trabalho remoto, com a formação de equipe multidisciplinar para conduzir o programa que envolva recursos humanos, tecnologia e áreas estratégicas.

A Presidente da APEMINAS, Célia Mello, confia que esta gestão, sob a batuta do Dr. Sérgio Pessoa, conduzirá a AGE/MG a um patamar de modernização e de excelência sem precedentes.



TJMG tem meta de tramitar 100% dos processos por meio eletrônico

O TJMG criou um grupo de trabalho interinstitucional, com a participação da Advocacia Geral do Estado (AGE), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), a Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN) e várias empresas (Portaria 4.924/2020 pela presidência do TJMG), “com uma meta ambiciosa: a tramitação de 100% dos processos por meio eletrônico até o final da gestão do atual presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes”, conforme explicou o superintendente administrativo adjunto do TJMG, desembargador José Arthur, responsável pela coordenação do projeto. Com a palavra o desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho:



Desembargador
José Arthur de Carvalho
Pereira Filho

Foto: Mima de Moura

Res Pública: Quais os principais desafios enfrentados, hoje, pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais para a virtualização e digitalização dos aproximadamente dois milhões de processos que ainda são físicos?

José Arthur Filho: Sobre a questão em si, cerne da sua indagação, o procedimento é de certa forma complexo, passando pelas fases de higienização do processo físico, digitalização de seus volumes, indexação do que foi digitalizado e, após isso, inserção do processo, já virtualizado, para dentro do PJe. O desafio, como visto, é grande, dado o volume expressivo de processos que precisamos virtualizar, mas, com a cooperação de todos temos a convicção, que, no final do mandato do Presidente Gilson Lemes, alcançaremos essa ousada meta. Na realidade, é um projeto que motiva a todos, porque, com ele, poderemos sair do “mundo do papel” para entrar na “era digital”, mais célere, moderna e eficiente!

RP: O Tribunal de Justiça de Minas Gerais estabeleceu a meta de tramitação de 100% dos processos por meio eletrônico até o final do mandato do senhor. O que está sendo feito para o cumprimento desta meta?

J.A.F: Criamos uma “força tarefa” interna, com servidores e colaboradores do TJMG para essa finalidade específica e, de outro lado, formamos um Grupo de Trabalho interinstitucional (Portaria nº 4924/PR/2020) composto pela Advocacia Geral do Estado, Ministério Público, Defensoria Pública, OAB/MG, Procuradoria da Fazenda Nacional, Procuradoria dos Municípios, empresas privadas e outras instituições interessadas na virtualização para, juntos e irmanados nesta empreitada, focarmos no objetivo comum e atingirmos essa meta. Podemos dizer, ainda, que a ideia da criação deste “grupo interinstitucional” é que foi a maior inovação desta ação, pois, até o presente momento, não se tinha pensando em criar

CONTINUA >>>



um movimento de cooperação significativo que fosse capaz de dar conta desse hercúleo trabalho. Em tempos de crise, o pessimismo e a retração devem ceder espaço para a criatividade e a ousadia. Por isso temos que inovar sempre, no sentido de fazer desta crise um caminho de oportunidades! E é com esse espírito que estamos nos unindo!

RP: Quais são os principais desafios enfrentados, hoje, pelo TJMG para a virtualização e digitalização dos processos que ainda são físicos?

J.A.F: Os desafios são aqueles enfatizados na resposta acima, qual seja: o grande volume de processos a virtualizar, a necessidade da criação de uma logística inteligente e eficiente que abarque as 297 Comarcas que devemos atuar e a própria extensão geográfica de nosso Estado de Minas Gerais. Sobre o tema, foi criado no TJMG um “painel de controle” onde estamos monitorando a virtualização de cada Comarca, fazendo acompanhamento on-line de todo o processo; exatamente para que possamos também observar onde se encontram os gargalos e maiores dificuldades e, assim, reforçar e corrigir os rumos deste projeto de virtualização na medida em que estes se apresentem. É um projeto que prima pela eficiência. Precisamos ter sempre essa palavra em mente. Por isso mesmo, temos que monitorá-lo passo a passo, porque, como se sabe, o que não é medido, não pode ser melhorado. Criamos um ambiente para redesenhá-lo a cada dia, para que ele possa melhorar ao longo do tempo. Essa é a nossa ambição!

RP: Quais avanços foram obtidos em Minas com o advento da lei 11.419/06 que dispõe sobre a informatização do processo judicial no Brasil?

J.A.F: A resposta aqui deve ser matemática, bastando dizer que com a expansão do processo eletrônico para todas as Comarcas do Estado, conseguimos, somente neste período de pandemia praticar mais de 23 milhões de atos processuais e exarar mais de 1 milhão de decisões. São números nunca antes imaginados, só possíveis de se tornar reais em

função direta da informatização e do uso da tecnologia. Este um caminho sem volta, que precisamos buscar sempre continuar trilhando!

RP: Com o isolamento social imposto pela pandemia, os profissionais da área de direito tiveram que aderir ao trabalho virtual. Acredita que o teletrabalho exercido pelos profissionais neste momento irá colaborar para acelerar a modernização da Justiça? Na visão do senhor, será um caminho sem volta? O teletrabalho veio para ficar?

J.A.F: Eu não tenho dúvida disso! Antes desta crise, tínhamos um certo receio de falar em teletrabalho em razão de ser novidade, aliado às dúvidas sobre a produtividade das pessoas nesta nova ambiência. Com o COVID-19 tivemos que, por imposição sanitária e de isolamento social, sair dessa “zona de conforto” e mergulhar nesse chamado “novo normal”. Com isso, descortinou-se em nosso horizonte novo cenário, muito menos “negro” do que alguns poderiam imaginar outrora. Se houve alguma vantagem nesta crise, foi a de nos obrigar a construir outras modelagens de trabalho e novos critérios de produtividade. De todo modo, penso que embora tenha vindo para ficar e seja um caminho sem volta, não é razoável que esse mundo home office seja aproveitado por todos, eterna e indistintamente. Na verdade, penso que haverá uma mescla dos dois ambientes – o antigo e o novo – que serão alternados, até porque a interlocução e a troca de ideias presencial, realizada entre as pessoas, é fonte motivadora e de sinergia entre os envolvidos e isso não pode ser eliminado em função de um diálogo que se limite, exclusivamente, ao ambiente virtual. É, mais uma vez, fazer uso das novas ferramentas tecnológicas sem exageros, sempre com os olhos voltados para inovação e medição da eficiência do sistema ao longo do tempo; tudo aliado ao conforto das pessoas e a maior satisfação de todos os envolvidos neste processo produtivo.



Hora de dominar a tecnologia

Especialistas dão dicas sobre ferramentas e segurança no trabalho online

Além de mudar a rotina dos procuradores, que adotaram a casa como o novo espaço de trabalho, a pandemia impôs o desafio de dominar com desenvoltura novas tecnologias. Despachos, reuniões e comunicações com os órgãos do Judiciário passam a ser 100% on-line, tornando o esforço para a adaptação ao teletrabalho ainda maior entre as pessoas pouco familiarizadas com itens como câmeras e microfones ou assuntos ligados à velocidade de internet, memória e segurança digital. Para orientar os procuradores, o Res Pública ouviu três especialistas em tecnologia sobre como tornar o trabalho on-line dos profissionais de direito mais eficiente e produtivo.

Com 15 anos de experiência em prestação de serviços para 40 escritórios de advocacia, o analista de sistemas Wolder Fonseca, CEO da Vantec Soluções, diz que o primeiro passo é a aquisição de equipamentos de qualidade. O ideal é que o computador tenha duas telas. Uma delas deve ser vertical para melhor visualização dos documentos e a outra, horizontal, exclusiva para os trabalhos, como protocolos e videoconferências.

O notebook é o mais indicado, uma vez que tem câmera acoplada, ao contrário do desktop, no qual é necessário introduzir o equipamento de filmagem. Na hora da compra, o analista de sistemas alerta ser importante também se informar sobre a memória do computador. O ideal para a execução de trabalhos jurídicos é um core 5, com no mínimo 8 gigas de RAM, e HD SSD.

Um bom sinal de internet é outro fator crucial para um trabalho mais ágil, pois evita lentidão e apagões que podem colocar em risco todo o trabalho executado. “Se a família for grande e cada um usar a internet ao mesmo tempo, a velocidade torna-se ainda mais lenta”, diz. Para uma casa de quatro pessoas, Wolder sugere uma velocidade de 240 megas.

E para ter uma boa performance nas videoconferências? Wolder recomenda o uso de um fone, que isola sons externos, e de um microfone, que aproxima a fala do notebook. Ele aconselha ainda investir em uma câmera de qualidade para garantir boa imagem – fator imprescindível para uma comunicação eficaz pelo vídeo.

Segundo o técnico em informática André Zopelar, um dos problemas mais comuns é a incompatibilidade do sistema macOS com a plataforma PJE, utilizada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais



(TJMG), o que impossibilita fazer petições eletrônicas em Mac. Para não ter que comprar outro dispositivo, profissionais do mundo jurídico têm se virado com uma emulação do Windows no equipamento da Apple, bem como outras soluções análogas. “É preciso virtualizar o Windows e abri-lo como se fosse um programa no seu Mac”, diz. Não é o custo de uma nova máquina, mas é preciso adquirir o software (Parallels) e a licença do próprio Windows. Com resultados satisfatórios nesse procedimento, Zopelar tem auxiliado tanto procuradores quanto advogados e magistrados na instalação deste programa, tendo o cuidado prévio de verificar se o modelo do Mac atende os requisitos para rodar o emulador.

CONTINUA >>>



Segurança

Empresário do ramo de informática, Ian Campos Martins, dono da AIX Sistemas, empresa especializada em softwares para a educação 4.0, chama atenção para a importância de fazer cópia de segurança do trabalho realizado (backup), para evitar perdas e não ter de refazer tudo, caso haja uma falha no sistema. O procedimento pode ser feito por meio de Dropbox, OneDrive e Google Drive, serviços de armazenamento em nuvem. “A grande vantagem, além de evitar a perda, é que os trabalhos ficam disponíveis em rede, podendo ser compartilhados pelo celular”, diz Ian.

O especialista atenta ainda para os cuidados necessários para manter os computadores livres de invasões. A principal medida de proteção é a aquisição de um antivírus pago, cujo custo anual gira em torno de 100 a 200 reais. “Vale o investimento, pois os gratuitos são uma tapeação”, compara. Outra orientação é sempre atualizar o antivírus e monitorar para ver se está operando, pois se não estiver funcionando de nada adianta.

Para completar o arsenal de segurança, Ian recomenda não dar cliques em links desconhecidos. Assim como deve ser na vida real, é sempre bom desconfiar no mundo virtual de ofertas boas e baratas, que vêm por meio de links e mensagens. Muitas podem funcionar como

armadilhas para roubos de dados pelos criminosos virtuais. Atualizar sempre o sistema do computador vale como outra medida fundamental para evitar o ataque de hackers.

Quanto às senhas, o especialista recomenda não usar a mesma para diversas funções. Como grande parte das pessoas tem dificuldade em memorizar muitos códigos de acesso, o empresário do ramo de tecnologia recomenda o armazenamento em gerenciadores de senhas, como o 1Password, ou usar os recursos gratuitos que os navegadores como Chrome e Mozilla Firefox, por exemplo, oferecem para gerenciamento de senhas.

Onde encontrar ajuda

Buscar tutoriais na internet é um caminho indicado pelo empresário do ramo de tecnologia Ian Campos Martins para ter mais informações sobre tecnologias. O mesmo conselho é dado pelo procurador Fernando Salzer. “As mudanças impostas pela pandemia devem, de início, ter assustado alguns procuradores que, aos poucos, vão se adaptando com a nova realidade imposta. Quem ainda tem dificuldades deve buscar uma forma de se capacitar e se atualizar tecnologicamente. Há muitos tutoriais gratuitos na internet que podem ajudar a vencer estas barreiras”, sugere. Abaixo, seguem links de três tutoriais indicados pelo procurador:



http://www8.tjmg.jus.br/Processo_Eletronico_TJMG/PJe-tutorial/TutorialEntidadesExternas/Apresentacao.html

<https://www.cnj.jus.br/plataforma-videoconferencia-nacional/manual-para-partes-e-testemunhas-sobre-o-uso-da-videoconferencia/>

https://helpx.adobe.com/br/acrobat/using/signing-pdfs.html#sign_a_pdf











Tire suas dúvidas

Com o objetivo de compartilhar informações sobre tecnologia e o universo jurídico de maneira geral, a APEMINAS está incluindo, na área do associado em seu site, um fórum jurídico-tecnológico. O objetivo é divulgar nesse espaço virtual perguntas e respostas sobre temas de interesse da classe para que sejam compartilhadas e facilitem o dia a dia dos procuradores.



Pronto para a reunião virtual

Confira dicas de etiqueta para se sair bem nas videoconferências

-  Antes do encontro on-line, verifique se o aplicativo está atualizado e se a câmera, o microfone, o áudio e a conexão com a internet estão funcionando.
-  Escolha um ambiente silencioso, que não sofrerá interrupções, com boa iluminação e fundo neutro para evitar expor a privacidade ou criar distrações aos demais participantes. Na dúvida, posicione a câmera em um ângulo no qual apareça apenas a parede atrás de você.
-  Vista-se como se a reunião fosse presencial.
-  Prepare com antecedência o material necessário para participar da videoconferência. Caso vá apresentar relatórios, envie-os antes ao organizador ou deixe-os abertos na sua tela para serem compartilhados.
-  Seja pontual. Esteja on-line e disponível para participar da reunião pelo menos 5 minutos antes do horário agendado.
-  Caso acesse o link da videoconferência e ainda não houver ninguém presente, aguarde alguns minutos e entre em contato com os participantes por outros meios de comunicação.
-  Durante a reunião, olhe para a câmara ao falar e ouvir porque sua imagem pode ser transmitida mesmo se não participar do debate. Deixe o microfone desligado quando não estiver falando para evitar interferências de sons externos. Levante a mão para pedir a palavra, seja objetivo e conciso e tenha todos os materiais de apoio à mão.
-  Evite se alimentar durante a videoconferência. Mas se não for possível, desative sua câmera e desligue o microfone. Em qualquer caso, mantenha garrafas de água e alimentos fora do alcance da câmera.
-  Faça registro das reuniões. As informações são importantes para fins estatísticos e de pesquisa no futuro.
-  Não saia da reunião sem avisar. Se houver muitas pessoas na videoconferência e sua participação é apenas como ouvinte, basta enviar uma mensagem no chat informando que precisa se retirar.

Fonte: Conselho Nacional de Justiça, tribunais de Justiça de São Paulo e de Rondônia

Curtas APEMINAS

MÁSCARAS PARA TODOS

Os Procuradores do Estado de Minas Gerais disponibilizam 2.500 máscaras para toda a comunidade que compõe a Advocacia Geral do Estado (AGE-MG), órgão que tem trabalhado ininterruptamente, mesmo diante da pandemia.

São contemplados servidores, estagiários e terceirizados que, juntos, viabilizam a atividade imprescindível que é prestada pela advocacia pública no estado.

Recomendamos que as máscaras sejam higienizadas antes de seu uso, da forma indicada na embalagem.



Com as máscaras vão também os votos de saúde e a espera ansi-osa de toda classe pelos momentos vindouros, em que a comunidade da AGE-MG finalmente poderá voltar a se aglomerar.



INDENIZAÇÃO PAGA COM BITCOINS

A moeda bitcoin chegou à Justiça. A Vara do Trabalho de Uruaçu (GO) fez acordo entre um trabalhador e uma empresa de mineração no valor de R\$ 350 mil, que vão ser pagos por meio do dinheiro eletrônico, convertidos em reais. A audiência telepresencial de conciliação permitiu a participação do representante da empresa que mora em Dubai, nos Emirados Árabes. O conciliador foi o diretor de Secretaria, Danilo Diniz, que viu o uso das tecnologias como fundamental para o acordo porque possibilitou a participação, do exterior, do sócio da empresa reclamada.

O juiz do trabalho Carlos Gratão, que conduziu e homologou o acordo, destacou a participação de todos os envolvidos. "Os advogados atuaram como verdadeiros parceiros na condução do acordo e na elaboração das cláusulas que trataram do pagamento por meio de Bitcoins", afirmou. Uma decisão que mistura conciliação, tecnologia e inovação na forma de pagamento.

RES PÚBLICA

Informativo da Associação dos Procuradores do Estado de Minas Gerais - APEMINAS

www.apeminas.org.br

Presidente: Célia Cunha Mello; **Vice-Presidente:** Paulo Valadares Versiani Caldeira Filho; **Diretor Administrativo:** José dos Passos Teixeira Andrade; **Diretora Financeira:** Aline Cristina Oliveira Amaranti; **Diretora Social:** Carolina Couto Pereira Roquim; **Diretora de Comunicação e Relações Institucionais:** Renata Viana de Lima Netto; **Diretor de Relações com os Aposentados e Pensionistas:** Walter Santos da Costa; **Diretor de Relações com as Unidades no Interior do Estado:** Thiago José Teixeira de Assis Coelho; **Diretor Jurídico:** Sávio de Aguiar Soares.

Produção Editorial: Mombak Comunicação Estratégica. **Jornalista responsável:** Marli Assis – MTB 5.571-JP. **Redação:** Bernardo Almeida e Márcia Queirós. **Projeto gráfico e arte:** Código Plus.